

instituinte" aberta para o imaginário. O "habitus" se apresenta então como constituído não só pela violência simbólica, i.e., pela sua exterioridade, mas também pelo que Barbier caracteriza como "motor do real", ou seja, os sonhos e as utopias. Com isto ele tenta extrapolar os estereótipos da totalização teórico-prática buscando conhecer os projetos utópicos, as saídas individuais, que podem se constituir em "brechas" significantes ao instituído, elaborando em maior nível de complexidade uma análise do homem e de suas relações sociais em contraposição à análise althusseriana.

O pressuposto de Barbier é o de que na pesquisa onde o pesquisador é um ser coletivo (o grupo), este, ao desvendar as contradições internas e externas a ele próprio e à instituição, através da análise macro e microsocial se constitui na sua dimensão instituinte. Para isto ele pode contar ou não com o concurso de especialistas. Neste caso o papel seria o de auxiliar o grupo num processo de reflexão que possibilitasse sua passagem da condição de grupo-objeto para a condição de grupo-sujeito.

Na perspectiva do autor, a análise da práxis institucional se efetua em dois momentos interdependentes: o da *socioanálise institucional* através da qual se tentará apreender a história do grupo, suas implicações com a organização, a relação de poderes instituída dentro e fora do grupo a rede de contradições existente na práxis deste grupo que se constitui a própria instituição. O da *sociologia institucional* através da qual se realizará uma análise, que supõe um grupo já estruturado, onde seja possível "o reconhecimento, a decodificação e a decifração do campo institucional singular".

Na medida que a escola é uma instituição, e Barbier assim a considera, a análise institucional proposta por ele deve ser executada no âmbito escolar na tentativa de desvelar as implicações intra e extra institucionais a que está submetida. Essa afirmação não é derivada apenas de pressupostos teóricos mas da própria prática do autor em animação e formação de grupos que procuram a Formação Permanente.

Claudia Pereira Vianna

A UNIVERSIDADE EM RITMO DE BARBÁRIE

José Arthur Giannotti
São Paulo, Brasiliense, 1986.

O livro do Professor Giannotti revela, de pronto, uma qualidade: pega o leitor, no caso a leitora, pelo estômago, fazendo-a, numa tarde de Copa do Mundo – após uma vitória do Brasil – lê-lo de um fôlego só, até a última página.

A despeito de vários acessos de mau humor, alguns dirigidos diretamente a nós, pedagogos e pedagogas – como é o caso da referência à "tal de teoria pedagógica (que) me parece consistir num monte de obviedades tratadas com a maior presunção" (p.36-7) – o autor, em seu texto, misto de desabafo e interpretação crítica, traz uma contribuição original e oportuna para o atual debate sobre a universidade brasileira.

Contrapondo civilização e barbárie como duas dimensões de um mesmo processo, Giannotti utiliza-as enquanto instrumentos que lhe permitem organizar a análise, como hipóteses, reconhecendo que trata-se de conceitos que já "perderam sua respeitabilidade teórica" (p.10). Como exemplo, cita o desenvolvimento dos sistemas de comunicação, quando, ao lado de uma abertura de novas possibilidades de troca, de integração e de descobertas, dá-se o desenvolvimento paralelo de uma espécie de "segunda natureza", que é o seu suporte organizativo, necessário para a manutenção e expansão desses sistemas, e que contém seu lado "perverso", como é o caso do aumento do potencial de um controle centralizado sobre a esfera privada de vida.

No âmbito da universidade, o autor mostra como convivem, ao lado de seus objetivos mais aparentes de pesquisa, docência e prestação de serviços, as tendências que poderíamos entender como ligadas à reprodução de suas atividades "meio". Com o desenvolvimento técnico, crescem "as grandes organizações automáticas dotadas de finalidade interna que determinam o ritmo, a divisão e a especificação do trabalho, e não o inverso" (p.20). O trabalho intelectual, a pesquisa, não escapam desse tipo de organização. A universidade moderna também é uma grande máquina onde coexistem as duas tendências opostas: de um lado a rotina, a repetição de tarefas desinteres-

santes por si mesmas; de outro, o invento, a criação. O autor mostra como esse segundo aspecto depende, cada vez mais, de uma complexa infra-estrutura que inclui pesquisadores e funcionários, onde torna-se difícil atribuir a alguém em particular uma determinada descoberta. Isto é o que ocorre nos centros mais desenvolvidos. No caso brasileiro, "a tarefa ainda consiste em montar essa segunda natureza" (p.22), apesar de muitos ainda se considerarem portadores de uma missão superior, a qual justificaria deixar de dar aulas, por exemplo, devido à gestação de alguma obra genial ou a demandas de ordem política. . .

Continuando a examinar esse lado menos aparente do mundo universitário, o autor chama atenção para outros aspectos, como por exemplo o fato de que algum aluno, ao longo do seu curso, não adquire apenas conhecimentos e técnicas, mas também "uma espécie de personalidade de base" reforçada pelos contatos que lhe permitem fazer parte de uma certa comunidade (p.38). Ao localizar-se num mercado de trabalho onde as profissões são cada vez mais lábeis – nas palavras de Giannotti – cada profissional ocupa e defende sua fatia desse mercado não só a partir de sua competência, de seu "fazer", mas também através de mecanismos simbólicos, ou do "fazer de conta". Como se torna cada vez mais difícil avaliar o resultado de um trabalho que não se materializa imediatamente num objeto, "com o relaxamento de suas medidas, o fazer se permeia de fazer de conta" (p.44), o que se aplica diretamente no caso das classes médias.

A universidade, que é "o paraíso das classes médias", combina de maneira peculiar esse fazer e esse fazer de conta. Os rituais, os chavões, a luta pelo prestígio, mostram que nela convivem os sábios e os sabidos. Se isto é contrabalançado, nos países mais desenvolvidos, pela competição que se estabelece entre os vários grupos e centros, no caso do Brasil o fazer de conta dos sabidos acaba comprometendo seriamente a qualidade do trabalho que é realizado nas universidades. Os exemplos arrolados por Giannotti são por demais familiares: sabidos que chegam rapidamente a posições de poder, que gastam verbas no "trottoir internacional", que se especializam em regulamentos, e assim por diante (p.50-5).

O que fazer, então, para recuperar e reforçar os espaços de ensino, de pesquisa, de descoberta? Os vários projetos de reforma tentam responder à insa-

tisfação geral com a universidade que temos hoje. Entretanto, muitas vezes formulados a partir de interesses específicos dos três setores que compõem a instituição – professores/pesquisadores, alunos e funcionários – perdem-se em propostas de cunho corporativo ou populista. O risco – e já assistimos parte dessa história – é a sociedade localizar fora dela os "centros de excelência destinados a cumprir as tarefas que a universidade não soube desenvolver", enquanto esta apenas "servirá para enganar a demanda das massas" (p. 68-9). A alternativa seria, a partir de uma visão mais clara das próprias regras e dos objetivos de ensino, pesquisa e prestação de serviços, constituir um "poder acadêmico" que estabeleça um pacto entre os interesses de cada setor e as normas necessárias ao funcionamento da instituição.

No último capítulo, o autor discute alguns tópicos que devem ser levados em conta, para uma reforma universitária. Em primeiro lugar, examina a questão da autonomia, contrapondo-a à necessidade de uma sistemática contínua de avaliação. Com efeito, se, por um lado, o controle burocrático centralizado já mostrou seus perigos e limitações – Giannotti chega a propor o fim do Conselho Federal de Educação –, por outro é preciso que a sociedade, que arca com o custo da manutenção de unidade de ensino a que poucos brasileiros chegam a ter acesso, assegure-se de que esses recursos estão sendo utilizados convenientemente.

O que o autor propõe é uma espécie de conselho de avaliação de alto nível, escolhido democraticamente pela própria universidade. No que consiste essa democracia? Para Giannotti, ela tem ser definida de acordo com a natureza dessa instituição. Ele mostra a falácia de teses como o sufrágio universal ou a paridade, que igualam grupos com papéis e responsabilidades diversas. O que ele propõe é que seja recuperada a legitimidade de normas que dão acesso e qualificam os docentes; nesse sentido "cidadão universitário é aquele capaz de exercer autonomamente" as tarefas de ensino e pesquisa, ou seja, o doutor (p.82). Um conselho "pequeno e lábil", eleito pelos doutores de uma universidade, periodicamente por departamentos, centros e unidades. Os Conselhos Federal e Estaduais de Educação seriam substituídos por "conselhos eleitos pela comunidade científica e escolhidos pelo Poder Executivo segundo uma fórmula a ser es-

tudada" (p.92).

Democratizado o poder acadêmico, a democracia interna seria obtida pelo equilíbrio entre esse poder e os poderes sindicais de professores, alunos e funcionários. A composição de conselhos de departamentos e congregações, por exemplo, deve prever a participação diferenciada de cada um desses grupos, mas sempre de forma a que não se confundam poderes sindicais com poder acadêmico. O autor menciona um outro tipo de poder, o burocrático. Acredita que este possa ser controlado pelo reforço do poder acadêmico e dos conselhos de avaliação. Quanto à eleição de reitores, defende a fórmula de um colégio eleitoral no qual os três setores tenham pesos diferenciados de representação (50%, 30% e 20%).

O autor deixa para o final a complicada questão do ensino público versus ensino privado. Reconhece que a posição republicana que defende a eliminação total do repasse de verbas públicas para as escolas privadas é utópica, quando 70% dos alunos estudam no ensino superior privado e instituições como as Universidades Católicas, por exemplo, desmorrariam sem esse suporte. Rejeitando também "soluções" que implicam na incorporação pura e simples dessas instituições na rede pública, Giannotti procura saídas que garantam, ao menos, que as universidades privadas que recebem verbas públicas pautem sua atuação de acordo com critérios "públicos", e não fiquem submetidas a alguma "burocracia encapuzada que não presta contas a ninguém" (p.102) - e aí o exemplo recente das demissões na PUC do Rio de Janeiro é bastante eloquente. O autor propõe que o repasse de verbas seja aprovado por um conselho estadual, integrado por representantes de universidades públicas (predominantemente) e privadas, que garantiria o respeito à pluralidade ideológica e às normas acadêmicas por parte dessas instituições.

Entretanto, permanece o problema do ensino pago, que o autor reconhece estar sendo freqüentado principalmente pelos alunos mais pobres. Como corrigir essa situação, em que todos pagam para que poucos desfrutem do ensino gratuito de melhor nível das universidades públicas? Procurando escapar, seja da "solução das bolsas de estudo, defendida pelo governo militar, seja da defesa da permanência da gratuidade, que coloca apenas na reforma do sistema tributário a responsabilidade de minimizar essa injusta distri-

buição de encargos e benefícios, Giannotti tem a coragem de formular uma proposta que certamente provocará arrepios na maioria dos meios acadêmicos. Se está provado que as mensalidades dos alunos apenas cobririam 10% do custo total de uma universidade, argumenta ele, por que então não utilizar estes recursos de forma autônoma, constituindo um fundo gerado pelos próprios alunos, que seria empregado em programas que gradativamente procurassem inverter essa situação? As sugestões, que o autor apenas arrola, sem desenvolver, seriam "criar escolas primárias e secundárias exclusivas para populações de baixa renda, com total assistência a seus alunos; além disso, instalar um sistema de bolsas para os universitários carentes" (p.106).

É evidente que essas sugestões teriam de ser estudadas com mais vagar; de outro modo correremos o risco de estar apenas discutindo a instalação de uma super caixa escolar na universidade. Mas é inegável que o tabu do ensino superior gratuito, em de ser enfrentado e discutido a partir de um ponto de vista progressista; é isso o que o autor não se nega a fazer.

Outros aspectos levantados no texto precisariam igualmente ser reavaliados, como é o caso da extinção dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação. Apesar de não desconsiderar, na sua análise, a importância do ensino básico e secundário, Giannotti parece levar em conta, nessa proposta, apenas as funções que estes órgãos desempenham em relação ao ensino superior. Talvez não seja má idéia considerar separadamente as necessidades do 1º e 2º graus e do 3º grau, até mesmo prevendo conselhos diferentes para supervisioná-los. De qualquer forma, a democratização de sua composição teria de ser garantida e, nesse ponto, uma separação talvez seja a solução para os critérios forçosamente diversos que deveriam ser adotados para sua constituição.

Uma breve discussão sobre cultura dependente fecha o livro, e não gostaria de terminar esta resenha sem mencioná-la. Não há como discordar da crítica à xenofobia que continua a permear a universidade brasileira. Giannotti só se refere àquela dirigida contra o conhecimento produzido nos países mais ricos, mas eu acrescentaria a xenofobia interna, voltada contra nossos pólos tupiniquins um pouco menos subdesenvolvidos. Nas palavras do autor: "Ao se pensar as vicissitudes da dependência cultural, cabe ter o cuida-

do de também não tomá-la como certa montagem que deveria então ser construída unicamente com peças nacionais. Aqui o problema não é substituir importações. (...) É dessa perspectiva generalizante, de intenso contato com o diálogo mundial, que (a invenção) necessita tecer vínculos regionais e atentar para os saberes e práticas locais" (p.105-10).

Maria M. Malta Campos

PSICOLOGIA DIFERENCIAL

Dante Moreira Leite
São Paulo, Editora Ática, 2ª ed., 1986
Série Fundamentos

Reeditado recentemente, o livro *Psicologia Diferencial*, de Dante Moreira Leite, constitui uma leitura extremamente clara e lúcida das diferenças individuais e de grupos. Escrito em linguagem acessível, as colocações do autor representam um alerta contra preconceitos e estereótipos que permeiam a sociedade em geral e produzem, nas interações interpessoais, condutas inadequadas por tenderem a acentuar diferenças percebidas e/ou, de fato, existentes. Neste sentido, o livro é de especial interesse para educadores, visto revelar como noções pré-concebidas podem ser prejudiciais para o alunado, interferindo negativamente em seu desenvolvimento.

Se do ponto de vista moral, o pressuposto de que todos os homens são iguais permite maior desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos humanos (uma vez que enfatiza o direito de oportunidades iguais a todos), não se pode, entretanto, ignorar possíveis distinções psicológicas e a necessidade, na sociedade atual, de efetiva diferenciação, em especial no que tange ao mercado de trabalho. Da busca de melhor coadunar as capacidades individuais com as demandas colocadas pelo mundo moderno surge a Psicologia Diferencial. Tentando precisar conceitos de natureza qualitativa na compreensão das características psicológicas, propõe-se que estas possam ser, via atividade,

mensuráveis. Ao mostrar os limites, os méritos e as dificuldades enfrentadas na construção de instrumentos que visam tal fim, Dante Moreira Leite coloca e exemplifica as circunstâncias e os pressupostos que devem nortear seu uso seja no que concerne às diferenças individuais, entre grupos, ou entre sexos.

Em qualquer uma das áreas acima, entretanto, o autor mostra como as explicações iniciais da psicologia diferencial foram, aos poucos, sendo abandonadas. Se antes dava-se excessivo peso à hereditariedade e à constituição física das pessoas na compreensão das diferenças psicológicas, hoje acentua-se, cada vez mais, o papel das condições ambientais como responsáveis pelo grau de desenvolvimento e produtividade que indivíduos ou grupos manifestam. Reduz-se, conseqüentemente, através da observação sistemática, o domínio do imutável e do pré-determinado. Daí a contribuição histórica da Psicologia Diferencial: afastar preconceitos a respeito de indivíduos ou grupos e fornecer um ponto de partida sólido para estudos aprofundados por outras disciplinas psicológicas. Tal é o caso, por exemplo, das relações entre personalidade e cultura, da deficiência mental e dos super-dotados.

Operando principalmente dentro da ótica psicométrica, Dante Moreira Leite faz um bonito trabalho no sentido de vizes e falsos problemas. O autor poderia, no entanto, ter deixado mais explícita a importância de se conhecer, além dos resultados obtidos em condições padronizadas, o processo de construção da própria solução. O conhecimento deste processo, que varia em função do desenvolvimento, pode, dada sua importância para a aprendizagem, auxiliar substancialmente aqueles preocupados com a atualização das capacidades individuais, problema relevante para a Psicologia Diferencial.

Cláudia Davis